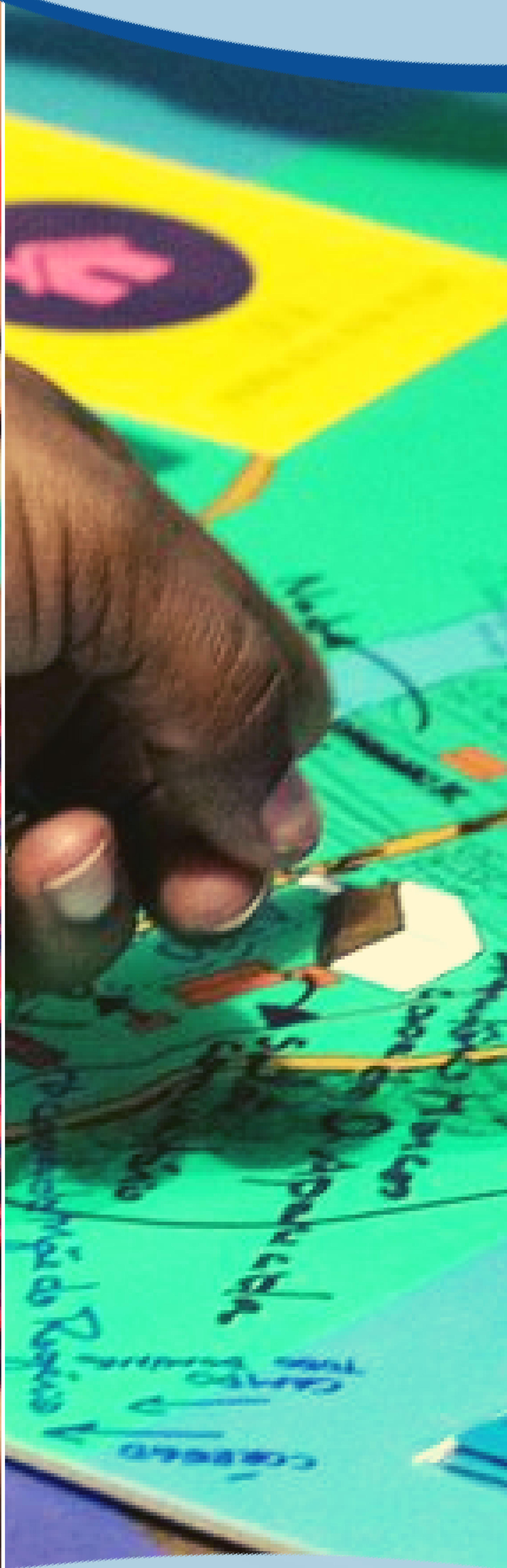


BARRA LONGA

Matriz de Danos



Sumário

<i>Apresentação</i>	1
<i>Sobre a Aedas</i>	2
<i>Direito a indenização justa</i>	3
<i>Por que uma nova Matriz de Danos?</i>	4
<i>O que falta para a Matriz valer?</i>	5
<i>Danos</i>	5
<i>Moradia</i>	6
<i>Prod. agropecuária e segurança alimentar</i>	8
<i>Saúde</i>	8
<i>Trabalho e renda</i>	9
<i>Elaboração da Matriz</i>	11
<i>Denúncias apresentadas</i>	11
<i>Metodologia</i>	15
<i>Resultados</i>	18

Apresentação

A Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas) é uma organização não governamental (ONG) e **sem fins lucrativos**. No caso “Samarco”, a Aedas, desde 2017, realiza **assessoria técnica** às pessoas atingidas em Barra Longa (MG), município que vivencia diversos danos advindos do rompimento da barragem de Fundão - de propriedade da Samarco/Vale/ BHP Billiton - ou da **falta de ações e má execução da reparação que hoje está sob responsabilidade da Fundação Renova**.

Sobre a Aedas

A Aedas possui hoje uma equipe multidisciplinar a serviço dos atingidos e atingidas de Barra Longa (MG). Esses profissionais **assessoram de forma coletiva os atingidos e atingidas** em construção de parâmetros, critérios e diretrizes para a reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, a partir de metodologias participativas.



Direito a uma indenização justa!

A matriz de danos é o instrumento usado para **calcular a indenização**, por isso, é tão importante. A matriz dos atingidos e atingidas de Barra Longa é o resultado das discussões realizadas nos diversos espaços de **participação** organizados pela assessoria técnica e comissão de atingidos – grupos de base, assembleias e seminários.

O documento foi construído em parceria com o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza/ ETTERN da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ).

A partir das discussões e do relato das perdas sofridas pela população do município, foi possível elencar os itens que devem ser indenizados e os valores para uma **indenização justa**.

A matriz identifica os **danos e categorias** atingidas em Barra Longa e apresenta valores que estão de acordo com os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais.

Por que uma nova matriz de danos ?

As pessoas atingidas apontam dois **problemas centrais da matriz da Fundação Renova**: não foi feita com a participação popular, subdimensionou e até ignorou danos que devem ser indenizados.



O que falta para a matriz ser utilizada pelos atingidos e atingidas?

A matriz foi **apresentada para o Juiz** da 12ª Vara em fevereiro de 2021 e aguarda resposta.

Quais os danos apresentados na matriz dos atingidos e atingidas?

Barra longa foi a única cidade que teve boa parte da zona rural e centro urbano atingido pela lama de rejeitos o que provocou diversos danos.

Tanto o impacto da lama, quanto as ações de retirada e utilização dos rejeitos onde a lama não tinha chegado traz uma grande complexidade que não pode ficar fora da indenização.

1. Danos às moradias (objetos, casas rachadas, trincadas, com risco de desabamento e perda das relações comunitárias)

Cerca de 650 famílias em Barra Longa estão com diversos problemas de moradia, seja vivendo em aluguel temporário, ou aguardando sair de casa porque as casas não possuem condições de habitabilidade, ou, ainda, tê-las reformadas devido aos diversos danos.



Ainda no tema da moradia, as famílias do reassentamento Gesteira, Parque de exposição e diversas outras seguem fora de casa e continuam aguardando, uma vez que até hoje, **não tem nenhuma casa reconstruída.**

Para além das residências, diversos objetos foram perdidos e/ou danificados com o rejeito, mudanças e problemas na moradia.

Também sabemos que o direito à moradia vai muito além da casa e envolve às relações familiares e comunitárias, bem como os modos de vida, profundamente alteradas com o rompimento.

2. Produção agropecuária e segurança alimentar

Barra Longa é uma cidade na qual a maioria dos habitantes vivem na zona rural e mesmo os que residem na área urbana, possuem uma relação profunda com a produção agropecuária, constituindo verdadeiro modo de vida. Com a chegada do rejeito, essa realidade foi perdido ou alterado de diversas formas, tendo interferência em diversos aspectos da vida dos barra-longuenses, inclusive na qualidade e segurança alimentar.

3. Saúde

Na saúde, vários estudos apontam os altos riscos do rompimento à saúde humana. Isso se dá pela forma que foi dispensado o rejeito, usado para calçamento, por exemplo, ou deposto no parque de exposições.

O convívio com o rejeito é intenso e, principalmente, está presente no ar. A saúde mental também é um dos maiores desafios. A própria demora da reparação e da forma como os atingidos são tratados pela entidade reparadora comprometem a sadia qualidade de vida dos atingidos.

4. Trabalho e renda

Na esfera do comércio, do trabalho, renda e despesas da população de Barra Longa, houve comprometimentos em toda a cadeia produtiva do município.

Desta forma, os efeitos do rompimento no trabalho e na renda das famílias foram muito significativos, alterando negativamente as condições de vida e até de saúde de muitas pessoas.

Em síntese dos levantamentos e debates realizados ao longo de 4 anos pelos/as atingidos/as e assessoria técnica, 13 categorias foram identificadas, são elas: 1) bordadeiras, costureiras e artesãos; 2) produtores rurais; 3) trabalhadores da construção civil; 4) trabalhadores assalariados; 5) pescadores; 6) empregadas domésticas; 7) trabalhadores/as por conta própria; 8) garimpeiros; 9) trabalhadores/as aposentados; 10) comerciantes; 11) trabalhadores/as rurais; 12) trabalhadores/as desempregados/as; e, 13) donas de casa.



Como foi o processo de elaboração da Matriz de Danos de Barra Longa?

Ao longo dos anos após o rompimento diversos atores, como as instituições de justiça, sistema CIF, universidade, órgãos nacionais, apontaram as limitações da matriz de danos da Fundação Renova, somando-se a elas, as diversas denúncias feitas pelos atingidos de Barra Longa

Seguem algumas denúncias recebidas:

- Deficiência na qualidade do atendimento e desconfiança por parte da Fundação Renova em relação aos documentos de comprovação apresentados, o que levaria as pessoas a se sentirem humilhadas;

- Pessoas atingidas da Campanha 1 de cadastro que ainda não foram chamados para participar do Programa de indenização;
- Pescadores profissionais que estão recebendo propostas muito menores de indenização como se fossem pescadores de subsistência;
- Não-indenização de danos duplos ou múltiplos.
- Atingidos e atingidas cujo processo de negociação da indenização foi interrompido por declararem que têm ou tiveram parente funcionário público;
- Necessidade de apresentação da mesma documentação várias vezes, por troca de equipe da Renova;

- Falta de padronização operacional, a exemplo de tipo de documento de impactado que ora é aceito para comprovação por uma equipe, ora não é aceito por outra;
- Atraso no pagamento dos acordos assinados, superando o prazo previsto de até 90 dias para pagamento;
- Pessoas que gostariam de fazer acordo e foram impedidas por terem declarado no formulário do Cadastro que têm ascendência indígena;
- Pescadores de rios afluentes do Rio Doce para os quais a Fundação Renova alega que não são elegíveis à indenização por não pescarem no Rio Doce, a despeito da proibição de pesca vigente em toda a Bacia.

- Convocação das pessoas atingidas para apresentação de novos documentos mesmo depois dos acordos já assinados;
- Retenção indevida de Imposto de Renda sobre o valor do lucro cessante;
- Baixos valores das indenizações;
- Distância dos escritórios de indenização, fazendo com que os impactados tenham que se deslocar para cidades vizinhas.



Metodologia

Foi estabelecida, junto às famílias, a construção de uma metodologia para elaboração e revisão, contanto com reuniões de coordenadores, passando pelo debate nos 21 grupos de base e assembleia de aprovação da metodologia e das etapas de entrega da matriz.



Diversas reuniões para construir uma matriz de danos capaz de expressar a realidade de Barra Longa e não reproduzir violências e retirada de direitos.

Os debates realizados nesses espaços contaram com o aprofundamento da concepção de reparação integral, do debate sobre o direito a debater direitos, o significado da indenização e da matriz, bem como diversas metodologias específicas de levantamento de danos.

Os atingidos seguem em luta para GARANTIR:

- 1) Respeito** para com os atingidos (as), suas histórias e modos de vida;
- 2) A não exclusão** e garantia do direito a debater direitos;
- 3) O pagamento** deverá ser individual e por eixo;



- 4) **Não fechamento da cadastro** e sua revisão a partir de instrumentos complementares, formulados pelos atingidos nos grupos de base, que deverão ser incorporados ao programa 01;
- 5) Aplicação do Cadastro por Mutirão para que os atingidos possam ser acompanhados pela Assessoria Técnica;
- 6) Aceite da autodeclaração individual, no caso em que as famílias perderam sua casa e seus pertences na lama; testemunhas e autodeclaração coletiva, bem como registro menos formais adotados anteriormente pelos atingidos; e,



7) Aceite do caráter dinâmico da matriz, entendendo que novos danos podem aparecer ao longo do processo e devem ser reparados.

Em suma, o direito das pessoas serem reparadas guiar a construção da Matriz, não o contrário. Ou seja, a Matriz limitar o direito de reparação.

Até aqui

1. Os atingidos e as atingidas de Barra Longa têm uma proposta de matriz construída com ampla participação e que reflete os danos vivenciados no território.

2. Uma matriz de danos construída de forma participativa pode trazer valores de indenização mais justos.

3. A matriz de danos de Barra Longa não deixa ninguém de fora: todos são atingidos, todos devem ser reparados.

4. A Comissão de atingidos e atingidas de Barra Longa apresentou ao juiz da 12ª Vara a matriz construída de forma participativa e aguarda decisão judicial.

***Em luta pela reparação integral e
INDENIZAÇÃO JUSTA!***

Comissão de Atingidos

